



Simulado Final

SEFAZ ES

Auditor Fiscal da
Receita Estadual

Pós-editais

Simulado Final – Sefaz ES (Auditor Fiscal)

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso do Sefaz ES;
- 2 – A prova contém **110 itens** que abordam conhecimentos cobrados nos últimos editais do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no conteúdo programático do edital.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estrátégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8:30 às 12:30** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados no blog do Estrátégia Concursos.
- 8 – Esse simulado é uma autoavaliação! Você mesmo(a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <https://bit.ly/Simulado-Final-SEFAZ-ES-21-08>

01 – A B C D E	23 – A B C D E	45 – A B C D E	067 – A B C D E	089 – A B C D E
02 – A B C D E	24 – A B C D E	46 – A B C D E	068 – A B C D E	090 – A B C D E
03 – A B C D E	25 – A B C D E	47 – A B C D E	069 – A B C D E	091 – A B C D E
04 – A B C D E	26 – A B C D E	48 – A B C D E	070 – A B C D E	092 – A B C D E
05 – A B C D E	27 – A B C D E	49 – A B C D E	071 – A B C D E	093 – A B C D E
06 – A B C D E	28 – A B C D E	50 – A B C D E	072 – A B C D E	094 – A B C D E
07 – A B C D E	29 – A B C D E	51 – A B C D E	073 – A B C D E	095 – A B C D E
08 – A B C D E	30 – A B C D E	52 – A B C D E	074 – A B C D E	096 – A B C D E
09 – A B C D E	31 – A B C D E	53 – A B C D E	075 – A B C D E	097 – A B C D E
10 – A B C D E	32 – A B C D E	54 – A B C D E	076 – A B C D E	098 – A B C D E
11 – A B C D E	33 – A B C D E	55 – A B C D E	077 – A B C D E	099 – A B C D E
12 – A B C D E	34 – A B C D E	56 – A B C D E	078 – A B C D E	100 – A B C D E
13 – A B C D E	35 – A B C D E	57 – A B C D E	079 – A B C D E	101 – A B C D E
14 – A B C D E	36 – A B C D E	58 – A B C D E	080 – A B C D E	102 – A B C D E
15 – A B C D E	37 – A B C D E	59 – A B C D E	081 – A B C D E	103 – A B C D E
16 – A B C D E	38 – A B C D E	60 – A B C D E	082 – A B C D E	104 – A B C D E
17 – A B C D E	39 – A B C D E	61 – A B C D E	083 – A B C D E	105 – A B C D E
18 – A B C D E	40 – A B C D E	62 – A B C D E	084 – A B C D E	106 – A B C D E
19 – A B C D E	41 – A B C D E	63 – A B C D E	085 – A B C D E	107 – A B C D E
20 – A B C D E	42 – A B C D E	64 – A B C D E	086 – A B C D E	108 – A B C D E
21 – A B C D E	43 – A B C D E	65 – A B C D E	087 – A B C D E	109 – A B C D E
22 – A B C D E	44 – A B C D E	66 – A B C D E	088 – A B C D E	110 – A B C D E

PORTUGUÊS

Luiz Felipe Durval

TEXTO 1

O time mais robusto de cientistas do mundo, o Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC, em inglês), divulgou, nesta segunda-feira, um novo relatório sobre o caminho para limitar o aquecimento global a 1,5 grau e assim cumprir o histórico Acordo de Paris. É uma tarefa que envolve escolhas difíceis e urgentes, e só poderá ser alcançada se não perdermos mais tempo. Para líderes políticos e corporativos, a mensagem é clara: “Ajam agora!”.

Atualmente, já enfrentamos 1° C de aquecimento. Para os cientistas da ONU, que revisaram mais de 6 mil estudos, estamos muito próximos de atingir 1,5° C e até mesmo chegar a 2° C de aquecimento já na primeira metade deste século, ou seja, daqui a apenas trinta anos. Esse é o nível mínimo seguro para a forma como vivemos no planeta. A solução possível, diz o relatório, é reduzir pela metade até 2030 a emissão de gases que esquentam o planeta, para então zerá-la em 2050, além de absorver parte do carbono que já está na atmosfera. Nesse caminho, não bastam apenas novas tecnologias e energia limpa – as florestas também terão papel fundamental.

O estrategista internacional de Florestas do Greenpeace, Paulo Adário, diz que “no cenário traçado pelo IPCC, o futuro da humanidade depende não apenas de eliminarmos os combustíveis fósseis, como carvão e petróleo, e zerar o desmatamento em escala mundial para reduzir as emissões, mas também proteger florestas, savanas e outras formas de vegetação natural para capturar o excesso de CO₂ que já está na atmosfera e o que ainda será emitido na fase de transição para uma economia neutra em carbono”. Para ele, a melhor e mais aceitável forma de fazer isso é adotar, em escala global, um ambicioso programa de restauração das florestas degradadas, “afinal, as árvores são ‘usinas’ naturais de captação de carbono desenvolvidas e testadas há milhões de anos”, afirma.

No Brasil, líderes políticos e empresariais têm o dever de ampliar os compromissos já assumidos com a comunidade global e adotar as medidas necessárias para nos proteger dos impactos que já estão sendo sentidos, como secas severas prolongadas e tempestades com força recorde. “Além de acelerar a transição para uma matriz energética 100% limpa e renovável, o país tem o desafio de revolucionar o setor agropecuário — que responde por

cerca de 70% das emissões brasileiras — e trazê-lo para um patamar sustentável”, afirma.

2° C de aquecimento global é muito mais perigoso do que se pensava quando o Acordo de Paris foi assinado, em 2015. Estamos mais perto de pontos críticos de ruptura dos ecossistemas e outros riscos importantes do que pensávamos. Limitar o aquecimento a 1,5° C em vez de 2° C faria uma enorme diferença para a vida nos oceanos e na Terra. Protegeria centenas de milhões de pessoas de frequentes ondas extremas de calor, reduziria pela metade a proporção de populações que sofrem com a escassez de água e ajudaria a atingir metas de desenvolvimento sustentável e erradicação da pobreza.

Limitar o aquecimento a 1,5° C ou menos é um desafio, mas ainda é possível, se formos rápidos, ousados e afortunados, e acelerarmos nossa ação em todas as frentes agora. Os próximos anos são críticos para o mundo embarcar em um caminho de transformação que reduza as emissões de gases de efeito estufa e aumente as florestas em direção a uma economia neutra em carbono. Com as atuais metas climáticas dos países para 2030, não teríamos chance. Então elas devem ser melhoradas.

(Por Rodrigo Gerhardt, 2018 — Disponível em www.greenpeace.org/brasil. Adaptado)

01. A afirmação abaixo que pode ser inferida após a leitura do texto é:

- a) O controle do aquecimento global está principalmente na redução de gases do efeito estufa.
- b) De acordo com a comunidade científica, o aquecimento global é inevitável.
- c) Somente agora a comunidade científica reconheceu o perigo do aquecimento em 2° C.
- d) A maior parte da emissão de gases poluentes no mundo provém do setor agropecuário.
- e) Os dados recentemente divulgados resultaram de pesquisa norte-americana.

02. Nesse texto, o autor:

- a) limita-se a abordar o assunto com imparcialidade.
- b) reúne argumentos contraditórios.
- c) apresenta apenas opinião pessoal.
- d) opina com base em argumentos factuais.
- e) confronta diferentes opiniões.

03. Assinale a opção que apresenta uma preposição exigida pelo termo anterior.

- a) "vivemos no planeta" (2º parágrafo)
- b) "gases de efeito" (6º parágrafo)
- c) "pontos críticos de ruptura" (5º parágrafo)
- d) "emissão de gases" (2º parágrafo)
- e) "caminho para limitar o aquecimento global a 1.5 grau" (1º parágrafo)

04. Assinale a alternativa em que o conector QUE exerça a mesma função identificada em "Eles afirmavam **que** as evidências eram muitas".

- a) "O estrategista internacional de Florestas do Greenpeace, Paulo Adário, diz **que** [...]" (3º parágrafo).
- b) "a proporção de populações **que** sofrem com a escassez de água" (5º parágrafo).
- c) "o **que** ainda será emitido na fase de transição para uma economia neutra em carbono" (3º parágrafo)
- d) "proteger dos impactos **que** já estão sendo sentidos" (4º parágrafo)
- e) "revolucionar o setor agropecuário — **que** responde por cerca de 70% das emissões brasileiras" (4º parágrafo)

05. Assinale a opção que indica a frase que se encontra na ordem indireta.

- a) "Limitar o aquecimento a 1,5° C ou menos é um desafio".
- b) "que responde por cerca de 70% das emissões brasileiras"
- c) "não bastam apenas novas tecnologias e energia limpa".
- d) "2° C de aquecimento global é muito mais perigoso do que se pensava"
- e) "Os próximos anos são críticos"

06. Marque a opção que apresenta entre parênteses a informação incorreta em relação ao termo destacado.

- a) "adotar um ambicioso programa de restauração das florestas degradadas" (objeto direto)
- b) "Limitar o aquecimento a 1,5° C ou menos é um desafio" (predicativo do sujeito)

- c) "O time mais robusto de cientistas do mundo, o Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC, em inglês), divulgou, nesta segunda-feira..." (aposto)
- d) "É uma tarefa que envolve escolhas difíceis e urgentes" (sujeito)
- e) "o excesso de CO2 que já está na atmosfera" (verbo de ligação)

07. Assinale a opção que indica o erro de norma culta presente no fragmento abaixo.

"Todo o dia, pela manhã, a equipe que se preparava para a gravação era interrompida pelas vozes da multidão na medida em que o programa havia alcançado enorme sucesso de audiência."

- a) a colocação pronominal em "que se preparava".
- b) a ortografia de "multidão".
- c) a presença de artigo antecedendo o vocábulo "dia".
- d) a expressão "na medida em que".
- e) as vírgulas isolando "pela manhã"

08. Os termos sublinhados no texto são conectores, ou seja, ligam partes do texto; a opção abaixo em que o valor semântico de um desses termos NÃO está corretamente indicado é:

"A Funarte interditou uma de suas sedes no Rio de Janeiro "por tempo indeterminado" já que suas "condições físicas e estruturais colocam em risco a integridade do acervo e das pessoas que nele trabalham e utilizam de seus serviços". Caso não haja nenhuma intervenção governamental, o prédio poderá sofrer danos irreparáveis. Ainda que o prédio esteja vazio, há riscos para os estabelecimentos que estão próximos em caso de desabamento. Segundo o presidente da Fundação, a entidade não recebeu repasses adequados do Governo nos últimos anos porque não era de seu interesse."

- a) já que = condição
- b) caso = condição
- c) ainda que = concessão
- d) segundo = conformidade
- e) porque = explicação

TEXTO 2



Quino, *Mafalda 2*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

09. O humor da tirinha baseia-se

- a) na expressão do personagem no terceiro quadrinho.
- b) no diálogo estabelecido entre os personagens
- c) na reação da personagem no último quadrinho.
- d) na atribuição de personalidade à "cultura".
- e) nos sentidos assumidos pelo vocábulo "veículo" na tirinha.

10. A palavra "você" é acentuada pelo mesmo motivo das palavras em

- a) pivô, essência, ipê
- b) xilindró, rodapé, Pará
- c) história, essência, mercúrio
- d) hidráulico, fenômeno, lâmpada
- e) saúde, faísca, cafeína

RACIOCÍNIO LÓGICO E MATEMÁTICA

Carlos Henrique

11. Numa pesquisa de mercado, foram entrevistadas várias pessoas acerca de suas preferências em relação a três produtos; A, B e C. Os resultados das pesquisas indicaram que:

- 210 pessoas compram o produto A.
- 210 pessoas compram o produto B.
- 250 pessoas compram o produto C.
- 20 pessoas compram os três produtos.
- 100 pessoas não compram nenhum dos três produtos.
- 60 pessoas compram os produtos A e B.
- 70 pessoas compram os produtos A e C.
- 50 pessoas compram os produtos B e C.

Quantas pessoas foram entrevistadas?

- a) 610
- b) 970

- c) 870
- d) 670
- e) 510

12. Considere, abaixo, as afirmações e o valor lógico atribuído a cada uma delas entre parênteses.

- Ou Junior é pintor, ou Bia não é cozinheira (afirmação FALSA).
- Se César é matemático, então Junior não é pintor (afirmação FALSA).
- Bia é cozinheira ou Ana não é motoqueira (afirmação VERDADEIRA).

A partir dessas afirmações,

- a) Junior não é pintor e Bia não é cozinheira.
- b) Ana é motoqueira ou Bia é cozinheira.
- c) César é matemático e Ana não é motoqueira.
- d) Junior é pintor e César não é matemático.
- e) Ana é motoqueira ou Junior não é pintor.

13. Uma pessoa tomou um empréstimo imobiliário no valor de R\$ 240.000,00 para ser pago em 120 prestações mensais pelo Sistema de Amortizações Constantes - SAC, a uma taxa de 1,5% ao mês, sem carência, vencendo a primeira prestação ao fim do primeiro mês, a segunda ao fim do segundo mês, e assim sucessivamente. Marque o valor mais próximo da décima segunda prestação.

- a) R\$ 5.270,00
- b) R\$ 5.420,00
- c) R\$ 5.300,00
- d) R\$ 5.360,00
- e) R\$ 5.330,00

14. Sabe-se que o valor dos juros correspondente a uma dívida que vence daqui a 3 anos é igual a R\$ 3.972,00, considerando uma taxa de juros compostos de 10% ao ano. Esta mesma dívida, considerando uma taxa de juros compostos de 5% ao semestre e

com vencimento daqui a 1 ano, apresentaria um valor de juros (J), em reais, igual a

- a) 1200
- b) 1210
- c) 1220
- d) 1230
- e) 1240

15. Juan pegou um empréstimo de R\$ 1.500,00 a juros compostos de 10% ao mês para comprar uma televisão. Dois meses depois ele pagou R\$ 815,00 e dois meses após esse pagamento ele liquidou o empréstimo. Qual foi o valor do último pagamento?

- a) R\$ 1210,00
- b) R\$ 1110,00
- c) R\$ 1000,00
- d) R\$ 1150,00
- e) R\$ 960,00

16. Ao descontar em um banco, 5 meses antes de seu vencimento, um título de valor nominal igual a R\$ 50.000,00, uma empresa recebe na data da operação de desconto comercial simples o valor de R\$ 45.000,00. Utilizando a mesma taxa de desconto anterior e ainda a operação de desconto comercial simples, descontando um título de valor nominal de R\$ 36.000,00, 3 meses antes de seu vencimento, receberá

- a) R\$ 33.420,00
- b) R\$ 35.000,00
- c) R\$ 32.450,00
- d) R\$ 34.560,00
- e) R\$ 33.840,00

DIREITO EMPRESARIAL

Cadu Carrilho

17. Carlos decide empreender, para isso resolve adotar a teoria da empresa como corolário de sua atividade. De acordo com o atual Código Civil, em relação as atividades desenvolvidas por Carlos, podemos afirmar que:

- a) Carlos será considerado empresário se a sua atividade econômica for profissionalmente organizada e para a produção ou a circulação de bens ou de serviços, mesmo que não faça inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis.
- b) Se a atividade de Carlos for intelectual de natureza científica, não será considerado empresário, ainda que essa atividade seja um elemento de empresa e com o devido registro no Registro Público de Empresas Mercantis.
- c) Carlos, pode, observadas as formalidades legais, requerer inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis da respectiva sede, caso em que, depois de inscrito, ficará equiparado, para todos os efeitos, ao empresário sujeito a registro.
- d) A lei assegurará tratamento favorecido, diferenciado e simplificado Carlos, quanto à inscrição e aos efeitos daí decorrentes.
- e) Caso Carlos seja membro do Ministério Público Federal não poderá ser empresário e nem sócio de sociedade limitada.

18. Eduardo decide organizar vários bens para exercer empresa, com isso faz surgir um estabelecimento que consiste no complexo de bens organizado pelo empresário para exercício da atividade econômica. Nos termos da lei marque a opção que está correta:

- a) O estabelecimento de Eduardo pode ser objeto unitário de direitos e de negócios jurídicos translativos, mas não os negócios constitutivos, e desde que sejam compatíveis com a sua natureza.
- b) Se ao alienante não restarem bens suficientes para solver o seu passivo, a eficácia da alienação do estabelecimento depende do pagamento de todos os credores, ou do consentimento destes, necessariamente de modo expresse, em trinta dias a partir de sua notificação.

c) O adquirente do estabelecimento responde pelo pagamento dos débitos anteriores à transferência, desde que líquidos e certos, continuando o devedor primitivo solidariamente obrigado pelo prazo de um ano, a partir, quanto aos créditos vencidos, da publicação, e, quanto aos outros, da data do vencimento.

d) O contrato que tenha por objeto a alienação, o usufruto ou arrendamento do estabelecimento, só produzirá efeitos entre as partes e quanto a terceiros depois de averbado à margem da inscrição do empresário, ou da sociedade empresária, no Registro Público de Empresas Mercantis, e de publicado na imprensa oficial.

e) Não havendo autorização expressa, o alienante do estabelecimento não pode fazer concorrência ao adquirente, nos cinco anos subsequentes à transferência e no caso de arrendamento ou usufruto do estabelecimento, a proibição prevista persistirá durante o prazo do contrato.

19. Duas pessoas resolvem se juntar para formar uma sociedade exercendo atividade econômica. Reúnem-se, conversam, acertam tudo e ao final desse encontro resolvem elaborar e assinar um contrato social. Logo após, iniciam suas atividades, porém o contrato ficou guardado na gaveta do escritório, ou seja, não foi levado a registro. Nos termos da lei que define e rege esse tipo societário, marque a opção que está correta:

a) trata-se de um tipo clássico de sociedade em conta de participação, pois a falta de registro configura um tipo de sociedade personificada.

b) Os sócios dessa sociedade que assinaram esse contrato respondem solidária e ilimitadamente pelas obrigações sociais.

c) Os sócios e os terceiros podem usar apenas esse contrato engavetado como forma de prova da existência da sociedade.

d) Nessa sociedade, a responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

e) O fato de os sócios guardarem o contrato na gaveta caracteriza que essa sociedade na verdade não existe juridicamente e não há previsão legal.

20. De acordo com a lei das duplicatas a doutrina considera que o aceite nesse tipo de título é obrigatório, porém, há casos em que a lei dispensa o comprador de dar o seu aceite, sendo assim, o comprador só poderá deixar de aceitar a duplicata por motivo de, exceto:

a) avaria das mercadorias, quando não expedidas ou não entregues por sua conta e risco;

b) não recebimento das mercadorias, quando não expedidas ou não entregues por sua conta e risco;

c) vícios, defeitos e diferenças na qualidade ou na quantidade das mercadorias, devidamente comprovados;

d) remessa de duplicata poderá feita por intermédio de instituições financeiras.

e) divergência nos prazos ou nos preços ajustados.

21. A recuperação judicial é um instituto que beneficia um devedor empresário que esteja em crise que precise renegociar suas dívidas e dessa oportunidade de se reerguer, porém a lei prevê os casos em que a recuperação judicial possa ser convalidada em falência, diante dessa previsão legal, marque a opção que está de acordo com a lei 11.101 de 2005:

a) A assembleia geral de credores não possui competência legal para decidir que um devedor em recuperação judicial possa ter a sua falência decretada pelo juiz.

b) A falência será decretada pelo juiz caso o devedor não apresente o plano de recuperação no prazo improrrogável de sessenta dias da publicação da decisão que deferir o processamento da recuperação judicial.

c) O juiz decretará a falência do devedor em recuperação que descumprir qualquer obrigação assumida no plano de recuperação a qualquer tempo.

d) A recuperação será convalidada em falência quando identificado o esvaziamento patrimonial da devedora que implique liquidação substancial da empresa, mesmo que sem prejuízo de credores não sujeitos à recuperação judicial, inclusive as Fazendas Públicas.

e) A nova reforma da legislação falimentar excluiu e revogou a possibilidade de convalidação da recuperação judicial em falência.

22. Há previsão legal para a operação pela qual uma ou mais sociedades são absorvidas por outra, que lhes sucede em todos os direitos e obrigações, nesses casos, a assembleia-geral da companhia absorvedora, se aprovar o protocolo da operação, deverá autorizar o aumento de capital a ser subscrito e realizado pela absorvida mediante versão do seu patrimônio líquido, e nomear os peritos que o avaliarão. O nome desse tipo de operação é:

- a) cisão
- b) fusão
- c) incorporação
- d) absorção
- e) transformação

DIREITO CONSTITUCIONAL

Nelma Fontana

23. Com o propósito de estabelecer medidas reguladoras da economia, o Presidente da República editou medida provisória (MP) para aumentar a alíquota de Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) para compra de moeda estrangeira. A MP foi imediatamente enviada ao Congresso Nacional, com a devida justificativa de relevância e de urgência. A medida não passou por comissão e foi levada diretamente ao Plenário da Câmara dos Deputados para votação, tendo sido aprovada, sem modificação, pela metade mais um dos presentes, sendo certo que a maioria absoluta dos parlamentares estava na sessão. No Senado, foi aprovada por maioria simples em um só turno. Em seguida, o Presidente da Mesa do Congresso Nacional fez a promulgação. A respeito do caso narrado, aponte a assertiva incorreta.

- a) A medida provisória foi rejeitada pelo Senado Federal, uma vez que o quórum exigido para a sua aprovação é o de maioria absoluta.
- b) A MP deveria ter sido analisada por comissão mista antes de seguir ao Plenário da Câmara dos Deputados, motivo pelo qual o vício formal apresentado é suficiente para gerar a declaração de inconstitucionalidade da lei promulgada.
- c) No processo legislativo da medida provisória, a Casa Iniciadora deve ser necessariamente a Câmara dos Deputados.

d) Medidas provisórias aprovadas pelo Congresso Nacional, sem modificação, não se submetem à sanção e nem veto.

e) A nova alíquota do IOF pode ser aplicada imediatamente, uma vez que a medida provisória tem força de lei e o citado imposto não se sujeita à cláusula de anterioridade tributária.

24. Com relação às funções institucionais do Ministério Público, considere:

I. requisitar diligências investigatórias e a instauração de inquérito policial, indicados os fundamentos jurídicos de suas manifestações processuais.

II. promover a ação de inconstitucionalidade ou representação para fins de intervenção da União e dos Estados, nos casos previstos na Constituição.

III. promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos.

IV. exercer outras funções que lhe forem conferidas, desde que compatíveis com sua finalidade, sendo-lhe vedada a representação judicial e permitida a consultoria jurídica de entidades públicas.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I e II.
- b) I e III.
- c) I, II e III.
- d) I, II e IV.
- e) I, III e IV.

25. Lei do estado da Paraíba estabeleceu que, durante a vigência de carência contratual, as operadoras de planos de saúde no âmbito do ente federativo não poderão recusar atendimento ou prestação de qualquer serviço aos seus usuários que estejam com quadro clínico ainda não diagnosticado ou com diagnóstico positivo de contaminação pela COVID-19. A respeito do caso narrado, conforme se depreende do texto da Constituição Federal e segundo jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, aponte a única alternativa incorreta.

a) A lei estadual é inconstitucional, uma vez que a competência para legislar sobre Direito Civil, Comercial e Política de Seguros é privativa da União.

- b) O Legislativo estadual não pode, sem delegação de competência da União, inovar sobre a imposição de períodos de carências pelas operadoras de planos de saúde.
- c) A lei estadual é constitucional, porque dispõe sobre proteção ao consumidor e sobre saúde, assuntos que são da competência concorrente da União, dos estados e do Distrito Federal.
- d) A lei da Paraíba apresenta uma inconstitucionalidade orgânica que pode ser combatida por meio da ação direta de inconstitucionalidade.
- e) A lei estadual interferiu em matéria contratual firmada entre operadoras e usuários, causando prejuízo financeiro, o que gera a sua inconstitucionalidade.

26. O Município de Vitória editou lei que afrontou dispositivo expresso da Constituição do Espírito Santo, norma de reprodução obrigatória da Constituição Federal e nos seus exatos termos. Considerando a situação hipotética, indique a alternativa que indica corretamente a ação cabível e o órgão judicial competente para processá-la e julgá-la.

- a) Ação direta de inconstitucionalidade e o Supremo Tribunal Federal.
- b) Ação civil pública e o Tribunal de Justiça do Espírito Santo.
- c) Ação direta de inconstitucionalidade e o juízo de Fazenda Pública do Espírito Santo.
- d) Ação direta de inconstitucionalidade e o Tribunal de Justiça do Espírito Santo.
- e) Arguição de descumprimento de preceito fundamental e o Tribunal Regional Federal.

27. João, Maria e seus dois filhos são venezuelanos e residem no Brasil, clandestinamente, há dois anos ininterruptos. Os filhos do casal estão em idade escolar. João foi contaminado pelo COVID-19 e precisa de atendimento médico. Maria trabalha em condição irregular em fábrica de laticínios. Sobre a história narrada, à luz da Constituição Federal, indique a única alternativa correta.

- a) João, por ser estrangeiro em condição irregular no Brasil, não tem o direito de ser atendido

gratuitamente em hospital público, uma vez que os direitos sociais são extensíveis apenas aos brasileiros e aos estrangeiros que residem legalmente no Brasil.

- b) Maria, embora estrangeira em condição irregular no Brasil, tem o direito de usufruir dos direitos trabalhistas previstos na Constituição Federal, dentre os quais o direito ao salário mínimo definido por lei, férias, um repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos, jornada máximiária de trabalho de oito horas e semanal de 44 horas.

- c) Os filhos de João, por serem estrangeiros e não possuírem a documentação necessária, não poderão ser matriculados em escola pública.

- d) João poderia ser extraditado do Brasil, na hipótese de ter cometido crime na Venezuela, ainda que a acusação no Estado estrangeiro seja a de crime de opinião.

- e) Maria, embora exerça no Brasil atividade laboral, por ser estrangeira, não pode ser integrada à previdência social.

28. A Constituição Federal descreveu o processo legislativo de sete espécies normativas primárias. Na criação de algumas dessas espécies, há a participação do Presidente da República, mas há também aquelas construídas tão somente pelo Poder Legislativo, sem nenhuma atuação do Executivo. Dentre as assertivas abaixo, indique aquela que contém espécie normativa que pode ser criada sem nenhuma participação do Presidente da República.

- a) Emendas à Constituição Federal.
- b) Leis Complementares.
- c) Medidas Provisórias.
- d) Leis Ordinárias.
- e) Leis Delegadas.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Antônio Daud

29. Considerando os desdobramentos da autotutela, é correto afirmar que:

- a) A convalidação, por ser ato discricionário, não pode recair sobre atos vinculados que apresentem vícios sanáveis.
- b) Entre as similitudes entre a convalidação e a revogação de atos administrativos encontra-se a produção de efeitos prospectivos.
- c) É juridicamente viável a convalidação de atos praticados mediante desvio de finalidade.
- d) Por imposição de racionalidade administrativa, o Poder Judiciário poderia convalidar, em sua atuação típica, atos administrativos que padecem de vícios sanáveis, desde que tal decisão não acarrete lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros.
- e) É admissível a convalidação parcial de atos administrativos.

30. José, fiscal de tributos em determinada unidade da federação, na regular execução de uma fiscalização tributária, apreendeu mercadorias de determinado contribuinte, que se encontravam em situação irregular. Neste caso, pode-se afirmar que a referida atuação decorreu do:

- a) poder hierárquico.
- b) poder disciplinar.
- c) poder de polícia, revestindo-se do atributo da autoexecutoriedade.
- d) *jus puniendi* do Estado.
- e) poder de polícia, embora tal ato não seja autoexecutório.

31. O Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas, responsável por gerir o Portal Nacional de Contratações Públicas a que alude a Lei 14.133/2021, é composto por:

- a) 2 representantes dos Municípios indicados pela Confederação Nacional de Municípios.
- b) 3 representantes dos Estados e do Distrito Federal indicados pela Confederação Nacional de Secretários de Estado da Saúde.
- c) 7 representantes da União indicados pelo Presidente da República.
- d) 3 representantes da União indicados pelo Ministro da Economia.

- e) 3 representantes dos Municípios indicados pela Confederação Nacional de Municípios.

32. Assinale a alternativa correta, a respeito dos critérios de julgamento das propostas previstos na Lei 14.133/2021:

- a) Na técnica e preço, admite-se proporção máxima de 50% de valoração para a proposta técnica.
- b) O julgamento por maior desconto terá como referência os preços unitários fixados no edital de licitação.
- c) A utilização isolada do modo de disputa aberto será vedada quando adotados os critérios de julgamento de menor preço ou de maior desconto.
- d) O julgamento por maior retorno econômico deve ser utilizado exclusivamente para a celebração de contratações integradas e semi-integradas.
- e) O julgamento por melhor técnica ou conteúdo artístico considerará exclusivamente as propostas técnicas ou artísticas apresentadas pelos licitantes, de sorte que o preço não é fator relevante na definição do vencedor da licitação.

33. Assinale a alternativa INCORRETA a respeito da organização da Administração Pública.

- a) Para a desestatização de empresa estatal é suficiente a autorização genérica em lei, que veicule programa de desestatização.
- b) Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip) é a qualificação dada a pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que se encontre em funcionamento regular há, no mínimo, três anos, a qual permite a celebração de termo de parceria.
- c) A imunidade tributária recíproca pode ser aplicada a empresas públicas e sociedades de economia mista prestadoras de serviços públicos de prestação obrigatória e exclusiva do Estado.
- d) É extensível às fundações instituídas e mantidas pelo poder público a vedação à instituição de impostos sobre patrimônio, renda ou serviços prestados por estas entidades.
- e) Dada a inexistência de personalidade jurídica própria e a ausência de controle por subordinação,

características aplicáveis respectivamente a órgãos públicos e entidades administrativas, tais entes não possuem capacidade processual.

34. Considerando o que dispõe a Lei 12.527/2011, conhecida como Lei de Acesso à Informação, é correto afirmar que:

- a) a negativa de acesso à informação requerida deve ser motivada pelo agente público competente.
- b) é de quinze anos o prazo máximo de restrição de acesso a informações classificadas como ultrassecretas.
- c) primariedade diz respeito à qualidade da informação não modificada, inclusive quanto à origem, trânsito e destino.
- d) as informações de interesse público devem ser divulgadas, desde que existente a respectiva solicitação por legitimado ativo.
- e) os pedidos de acesso à informação de interesse público obedecem ao princípio da motivação, sob pena de não serem recebidos.

DIREITO CIVIL

Mário Godoy

35. Fernando tem 16 anos. Acabou de ingressar na Faculdade de Direito. No mês passado, logrou aprovação em concurso público para provimento de cargo efetivo. Enquanto aguarda sua nomeação, resolveu abrir um estabelecimento comercial destinado à venda de artigos esportivos. Porém, não conquistou autonomia financeira: vive e é sustentado pelos pais. Além disso, namora há um certo tempo com Marcela.

Com relação à capacidade civil de Fernando, é correto afirmar:

- a) Fernando adquiriu plena capacidade com o ingresso na Faculdade de Direito.
- b) Fernando adquiriu plena capacidade com a aprovação no concurso público.
- c) O relacionamento afetivo entre Fernando e Marcela pode ser interpretado como causa de emancipação.
- d) A abertura de estabelecimento comercial fez com que Fernando se tornasse plenamente capaz.

e) Fernando é relativamente incapaz para os atos da vida civil.

36. João tem quinze anos de idade. Recentemente, subtraiu as chaves do automóvel pertencente ao pai e foi dar uma volta com o veículo pela cidade. Ao ultrapassar o sinal vermelho, provocou um atropelamento seguido de morte.

Com relação ao caso narrado, assinale a alternativa correta.

- a) Para que se possam responsabilizar civilmente os pais de João, é necessário comprovar que este agiu culposamente.
- b) A responsabilidade civil dos pais de João dependem da comprovação de que agiram com culpa in vigilando.
- c) Caso os pais de João venham a prestar reparação civil, poderão aguardar que João alcance a maioridade, para contra ele moverem ação regressiva.
- d) Se os pais de João não dispuserem de meios suficientes para prover à indenização, e João os tiver, ainda assim não se poderá condenar João a reparar o dano, por se tratar de menor absolutamente incapaz.
- e) Os sucessores da vítima não poderão ajuizar ação de reparação civil, face ao caráter intransmissível dos direitos da personalidade.

37. Antonio casou-se com Ana pelo regime de comunhão universal de bens. Do casamento resultaram três filhos, Mario, Mauro e Joaquim. Mario é pai de Paulo e Pedro. Mauro é pai de Rubens, Roberto e Rogerio. Joaquim é pai de Iris e Irene. Recentemente, Mario e Mauro morreram em virtude de acidente automobilístico. Muito triste com a perda dos filhos, Antonio veio a se suicidar dois dias depois, deixando um imóvel avaliado em R\$ 900 mil, no qual morava com sua esposa.

Com relação à sucessão hereditária de Antonio, assinale a opção correta.

- a) Ana é herdeira de R\$ 450 mil.
- b) Todos os netos de Antonio irão herdar por cabeça.
- c) Ana tem direito à meação, ao passo que o filho, Joaquim, e os netos, Paulo, Pedro, Rubens, Roberto e Rogerio terão direito de herança.

- d) Paulo, Pedro, Rubens, Roberto e Rogerio sucedem por cabeça.
- e) Após consumada a partilha e distribuídos os quinhões, Ana não poderá continuar a morar no imóvel.

DIREITO PENAL

Priscila Silveira

38. No que diz respeito à aplicação da Lei Penal, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Praticado um fato que, posteriormente, a lei defina como crime, o seu autor pode ser punido se ainda não tiver ocorrido a prescrição.
- b) O princípio da legalidade é conhecido pela seguinte expressão latina: *nullum crimen, nulla poena sine lege*.
- c) Se o autor de um fato está respondendo a processo por contravenção penal e, posteriormente, a lei venha a definir esse fato como crime, a denúncia não poderá ser aditada para que o agente responda de acordo com a nova classificação.
- d) Ninguém pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime.
- e) Se uma lei nova deixar de incriminar certa conduta, antes definida como crime, o réu não continuará a responder ao processo, porque a lei benéfica retroagirá para alcançar fatos anteriores.

39. Sobre a imputabilidade é correto afirmar:

- a) A embriaguez, voluntária ou culposa, pelo álcool ou substância de efeitos análogos, não exclui a imputabilidade penal.
- b) Se o agente, por embriaguez proveniente de caso fortuito ou força maior, não possuía, ao tempo da ação ou da omissão, a plena capacidade de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento, a pena pode ser reduzida de um terço à metade.
- c) O agente que, por doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado, era, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento, pode ter a sua pena reduzida de um a dois terços.

- d) Os menores de dezoito anos são penalmente imputáveis.
- e) A embriaguez, voluntária ou culposa, pelo álcool ou substância de efeitos análogos, não exclui a imputabilidade penal.

40. Luciana é professora de direito penal de uma Faculdade de Direito que é autarquia municipal na comarca de São Bernardo do Campo-SP. Em conluio e unidade de designios com seu assistente Rodrigo, decidem se apropriar do notebook e do microfone de última geração que foi entregue à Luciana para que esta pudesse ministrar as aulas. Assim, Rodrigo, sabendo da condição de funcionária pública de Luciana, concorda com o intento criminoso e visando facilitar a manobra criminoso, coloca os objetos na bolsa enquanto a professora conversava com alguns alunos ao final da aula. Contudo, ao tentarem sair da Faculdade, forma surpreendidos pelo Segurança que foi avisado por um dos alunos que a tudo assistiu. Nesse caso hipotético, assinale a opção correta:

- a) Luciana responde por peculato-furto e, o Rodrigo, por furto.
- b) Ambos respondem pelo crime de peculato, pois a condição de funcionário público é pessoal e elementar do delito, transmitindo-se ao coautor.
- c) Apenas Luciana responde pelo crime de peculato, pois ser funcionário público é uma condição pessoal e não se comunica aos coautores.
- d) Ambos respondem pelo delito de peculato, sendo obrigatória a redução da pena em 1/2 caso haja Luciana repare o dano após o trânsito em julgado da sentença condenatória.
- e) Luciana responde pelo crime de peculato doloso, enquanto Rodrigo responde por peculato culposo, pois concorreu para o delito de outrem.

CONTABILIDADE GERAL

Gilmar Possati

41. Acerca das disposições previstas no CPC 00 (R2) – Estrutura Conceitual, julgue as assertivas a seguir:

I – Entre os critérios para que uma obrigação seja enquadrada como passivo está a transferência de recurso econômico. Nesse sentido, é necessário somente que a obrigação já exista e que, em pelo menos uma circunstância, exigirá que a entidade transfira um recurso econômico.

II – Entre as características qualitativas de melhoria está a comparabilidade, a qual refere-se ao uso dos mesmos métodos para os mesmos itens, seja de período a período na entidade que reporta ou em um único período para diferentes entidades.

III – O custo histórico de ativo quando é adquirido ou criado é o valor dos custos incorridos na aquisição ou criação do ativo, compreendendo a contraprestação paga para adquirir ou criar o ativo menos custos de transação.

Está(ão) correta(s):

- a) I, apenas
- b) I e II, apenas
- c) II e III, apenas
- d) III, apenas
- e) I, II e III

42. A empresa comercial Audazes S.A. apresentou, ao final do mês, os saldos contábeis abaixo apresentados (em R\$):

Abatimentos sobre compras	500,00
Compras de mercadorias	7.500,00
Devolução de compras	700,00
Devolução de vendas	600,00
Estoque final	1.500,00
Estoque inicial	2.000,00
Frete sobre vendas	450,00
ICMS a recolher	3.000,00
ICMS a recuperar	1.250,00
ICMS sobre vendas	1.500,00
Vendas de mercadorias	10.000,00

Considerando as informações acima, pode-se afirmar que o custo da mercadoria vendida e o resultado bruto correspondem, respectivamente, em reais, a:

- a) 6.200,00 e 1.100,00 (lucro)
- b) 6.200,00 e 650,00 (lucro)

- c) 6.800,00 e 650,00 (lucro)
- d) 6.800,00 e 1.100,00 (lucro)
- e) 5.550,00 e 150 (prejuízo)

43. Sobre a constituição de reservas de lucros, analise os itens abaixo e assinale a alternativa correta:

I – A reserva legal possui a finalidade de assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital. Tal reserva é constituída mediante aplicação de 5% sobre o lucro líquido do exercício, antes de qualquer outra destinação, sendo que não excederá de 20% do capital social.

II – O saldo das reservas de lucros, exceto as para contingências, estatutária e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social. Atingindo esse limite, a assembleia deliberará sobre aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos.

III – Um dos requisitos para criação da reserva estatutária, nos termos da legislação societária, é fixar os critérios para determinar a parcela anual dos lucros líquidos que serão destinados à sua constituição.

Está(ão) correto(s):

- a) I, apenas.
- b) I e II, apenas.
- c) II e III, apenas.
- d) I e III, apenas.
- e) I, II e III.

44. Determinada companhia apresentou as seguintes informações, em reais:

Acréscimos no ativo circulante	20.000,00
Decréscimos no passivo circulante	10.000,00
Alienação de Imobilizado	8.000,00
Aquisição de Intangível	50.000,00
Depreciação do período	5.000,00

Amortização do período
4.000,00

Lucro líquido
70.000,00

Pagamento de empréstimo longo prazo
40.000,00

Obtenção de financiamento
30.000,00

Ao ser elaborada a demonstração dos fluxos de caixa dessa companhia, será evidenciado um caixa líquido gerado pelas atividades operacionais de:

- a) R\$ 19.000,00
- b) R\$ 29.000,00
- c) R\$ 40.000,00
- d) R\$ 49.000,00
- e) R\$ 50.000,00

45. Analise os itens abaixo referentes à Demonstração do Valor Adicionado (DVA):

I – Um dos principais componentes da riqueza criada pelas companhias são as receitas. Para fins de elaboração da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), as receitas referentes a venda de mercadorias, produtos e serviços corresponde ao ingresso bruto ou faturamento bruto, mesmo quando na demonstração do resultado tais tributos estejam fora do cômputo dessas receitas.

II – Para fins de elaboração da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), nos valores dos custos dos produtos e mercadorias vendidos, materiais, serviços, energia, etc. consumidos, devem ser considerados os tributos incluídos no momento das compras, recuperáveis ou não.

III – Um dos principais componentes da distribuição da riqueza obtida pela entidade, evidenciada na demonstração do valor adicionado, são os impostos, taxas e contribuições. Para os impostos compensáveis, tais como ICMS, IPI, PIS e COFINS, devem ser considerados apenas os valores devidos ou já recolhidos.

Está(ão) correto(s):

- a) II, apenas.
- b) I e II, apenas.
- c) II e III, apenas.

d) I e III, apenas.

e) I, II e III.

46. Segundo o CPC 36 – Demonstrações Consolidadas, a controladora deve consolidar todas as entidades que controlar, incluindo aquelas controladas por meio de controlada definida como entidade de investimento, exceto quando a própria controladora seja entidade de investimento. Nesse contexto, as assertivas abaixo apresentam fatos nos quais a controladora pode deixar de apresentar as demonstrações contábeis consolidadas, a exceção de uma, assinale-a.

a) Seus instrumentos de dívida ou patrimoniais não são negociados publicamente (bolsa de valores nacional ou estrangeira ou mercado de balcão, incluindo mercados locais e regionais).

b) Ela não tiver arquivado nem estiver em processo de arquivamento de suas demonstrações contábeis junto a uma Comissão de Valores Mobiliários (CVM) ou outro órgão regulador, visando à distribuição pública de qualquer tipo ou classe de instrumento no mercado de capitais.

c) A controladora é ela própria uma controlada (integral ou parcial) de outra entidade, a qual, em conjunto com os demais proprietários, incluindo aqueles sem direito a voto, foram consultados e não fizeram objeção quanto à não apresentação das demonstrações consolidadas pela controladora.

d) A controladora final disponibiliza ao público suas demonstrações em que as controladas são consolidadas ou são mensuradas ao método da equivalência patrimonial.

e) Uma controladora intermediária da controladora disponibiliza ao público suas demonstrações em que as controladas são consolidadas ou são mensuradas ao valor justo por meio do resultado.

47. A empresa Audazes e Furiosos S.A solicitou ao Departamento Jurídico um levantamento dos litígios onde a companhia figurava como ré no exercício de 2020 e que acompanhassem o decorrer dos anos subsequentes os processos. Os dados levantados foram:

Processos	Valores em Reais (R\$)
Ambiental	360.000,00
Trabalhista	420.000,00
Previdenciário	380.000,00

Após a análise dos 3 processos, a equipe jurídica constatou que em todos os processos a empresa possuía chance remota de êxito. No segundo semestre de 2021 (30/06/2021), em novo levantamento foi constatado o surgimento de mais um processo de natureza fiscal e a situação atualizada, em termos monetários, de todos os processos era a seguinte:

Processos	Valores em Reais (R\$)
Ambiental	260.000,00
Trabalhista	280.000,00
Previdenciário	560.000,00
Fiscal	500.000,00

Quanto às perspectivas de saída de recursos, a situação era a seguinte, ao final do 1º semestre de 2021:

- No processo ambiental a chance de lograr êxito alterou de remota para provável;
- Nos processos trabalhista e previdenciário, a estimativa se manteve conforme a primeira análise realizada pelo corpo jurídico;
- No processo fiscal, foi estimado pelo jurídico que a companhia possuía chances mínimas de perda.

Com base nessas informações e no que dispõe o CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, o valor a ser evidenciado no balanço da Cia Audazes e Furiosos S.A. no passivo e o impacto causado em sua demonstração do resultado ao fim do segundo semestre de 2021 (30/06/2021) foi de:

- a) R\$ 260.000 e R\$ 0,00 como receita.
- b) R\$ 560.000 e R\$ 400.000 como receita.
- c) R\$ 840.000 e R\$ 60.000 como receita.
- d) R\$ 840.000 e R\$ 320.000 como receita
- e) R\$ 560.000 e R\$ 320.000 como receita

48. A Cia Audazes S.A. adquiriu, em 01/06/2019, um bem para incorporar ao seu ativo imobilizado no montante de R\$ 360.000. Esse bem possui vida útil estimada pelo fornecedor de 20 anos, porém a companhia estimou para 15 anos a sua vida útil. Além disso, o valor residual monta em R\$ 20.000. A empresa incorreu nos seguintes custos referentes a essa aquisição:

- Transporte do fabricante até a sua sede no valor de R\$ 15.000;
- Tributos recuperáveis incidentes sobre o custo no valor de R\$ 18.000;
- Tributos não recuperáveis não inclusos no custo no valor de R\$ 12.000;
- Treinamentos de funcionários no valor de R\$ 5.000;
- Honorários profissionais para ministrar o treinamento no montante de R\$ 8.000;

Informações adicionais:

Em 01/07/2019, o imobilizado ficou nas condições pretendidas pela companhia;

Um gestor contábil da Cia Audazes S.A. realizou, em 31/12/2020, o teste de recuperabilidade para este bem e constatou os seguintes valores:

- Valor em uso
330.000,00
- Valor Justo
338.000,00
- Valor das despesas com vendas
9.000,00

Com base somente no exposto e considerando o CPC 01- Redução ao valor recuperável dos ativos e o CPC 27 – Ativo Imobilizado, o impacto causado na demonstração do resultado da Cia Audazes S.A., em 31/12/2020, a ser reconhecido como perdas por desvalorização foi de:

- a) R\$ 11.300,00
- b) R\$ 3.300,00
- c) R\$ 13.800,00
- d) R\$ 5.800,00
- e) R\$ 11.800,00

49. A Cia Santa Maria S.A. adquiriu, em 31/12/2019, 45% das ações da Cia Canoas S.A por R\$ 4.200.000,00 à vista, o que lhe conferiu influência significativa na administração. Na data da aquisição, o Patrimônio Líquido da Cia Canoas, montava em R\$ 7.000.000,00 e o valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis desta empresa era de R\$ 10.200.000,00, cuja diferença foi decorrente de veículos adquiridos em 2018. No período de 01/01/2020 a 31/12/2020, a Cia Canoas reconheceu as seguintes mutações em seu Patrimônio Líquido:

- Lucro líquido anual: R\$ 900.000,00
- Ajustes de conversão de investida no exterior: R\$ 420.000,00 (devedor)

Com base nestas informações e considerando o CPC 18 - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto, os valores evidenciados no Balanço Patrimonial da Cia Santa Maria S.A., em Investimentos em Coligadas, em 31/12/2019 e 31/12/2020, foram, respectivamente:

- a) R\$ 4.200.000,00 e R\$ 4.416.000,00.
- b) R\$ 1.890.000,00 e R\$ 2.295.000,00.
- c) R\$ 1.890.000,00 e R\$ 2.106.000,00.
- d) R\$ 4.200.000,00 e R\$ 4.605.000,00.
- e) R\$ 4.200.000,00 e R\$ 4.794.000,00

50. Acerca do CPC 04 – Ativo Intangível, julgue as assertivas subsecutivas e assinale as alternativas:

- I. Um ativo intangível para que possa ser reconhecido pela entidade deve ser identificável, controlável e gerar benefícios econômicos futuros.
- II. A ausência de direitos legais não dificulta a comprovação de controle, uma vez que, a entidade pode auferir benefícios econômicos sobre esse ativo de outra forma.
- III. O custo do ativo intangível adquirido separadamente pode ser mensurado com confiança, sobretudo, quando este for pago em dinheiro ou com a troca de outros ativos monetários.

Assinale a alternativa correta:

- a) Somente a I e II estão corretas.
- b) Somente a III está correta.
- c) Todas as assertivas estão corretas.
- d) Somente a I está correta.

e) Somente a I e III estão corretas.

DIREITO TRIBUTÁRIO

Fernando Mauricio

51. Em relação aos Conceitos e Classificação dos Tributos, julgue os itens a seguir:

- I-) Impostos são tributos cuja obrigação tem por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal específica, relativa ao contribuinte.
- II-) Os serviços públicos são considerados específicos quando podem ser destacados em unidades autônomas de intervenção, de utilidade, ou de necessidades públicas.
- III-) As taxas podem ser cobradas apenas em razão de efetivo serviço público prestado diretamente ao contribuinte.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) II.
- b) I e III.
- c) I e II.
- d) I, II e III.
- e) I.

52. Conforme dispõe o Código Tributário Nacional, a contribuição de melhoria é instituída para fazer face ao custo de obras públicas de que decorra valorização imobiliária, e a lei relativa à contribuição de melhoria observará alguns requisitos mínimos, com exceção de um. Assinale-o.

- a) publicação prévia do memorial descritivo do projeto.
- b) publicação prévia do orçamento do custo da obra.
- c) publicação prévia do contratado executor da obra.
- d) publicação prévia da parcela do custo da obra a ser financiada pela contribuição.
- e) publicação prévia da delimitação da zona beneficiada.

53. Conforme prevê a Constituição Federal, alguns tributos só podem ser instituídos através de Lei Complementar. É o que alguns juristas denominam

de Reserva de lei Complementar. Exige Lei Complementar para a sua instituição os tributos abaixo, exceto:

- a) Empréstimos Compulsórios.
- b) Impostos Extraordinários de Guerra.
- c) Impostos Residuais.
- d) Contribuições Residuais.
- e) Imposto sobre Grandes Fortunas.

54. A Igreja Batista Alvorada alugou um imóvel de sua propriedade a uma pessoa jurídica de direito privado XYZ, para que esta exerça atividade econômica com fins lucrativos, no local do imóvel. Com os valores recebidos do aluguel, a igreja financia suas atividades missionárias.

Em relação à cobrança de Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) do imóvel, assinale a afirmativa correta.

- a) É vedada a cobrança do IPTU do imóvel alugado, tendo em vista a imunidade concedida às entidades religiosas.
- b) É vedada a cobrança do IPTU do imóvel, tendo em vista que a entidade religiosa é isenta do pagamento do IPTU de imóveis de sua propriedade.
- c) O IPTU é devido e a Igreja, contribuinte do imposto, deve realizar o pagamento.
- d) O IPTU não é devido, uma vez que a Igreja não é sujeito passivo de nenhum tributo.
- e) O IPTU é devido e a pessoa jurídica de direito privado é a responsável tributária e quem deve realizar o pagamento.

55. Em relação aos impostos de Competência dos Estados, julgue os itens a seguir:

- I-) Cabe à Lei Complementar estabelecer as alíquotas máximas do ITCMD - Imposto sobre a Transmissão Causa Mortis e Doação.
- II-) Resolução do Senado Federal poderá estabelecer as alíquotas internas mínimas do ICMS.
- III-) Salvo deliberação em contrário dos Estados e do Distrito Federal, as alíquotas internas, nas operações relativas à circulação de mercadorias e nas prestações de serviços, não poderão ser superiores às previstas para as operações interestaduais.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) II.
- b) I e III.
- c) I e II.
- d) I, II e III.
- e) I.

56. Em relação à Repartição das Receitas Tributárias, assinale a alternativa correta:

- a) 25% do produto da arrecadação do IPVA é repartido aos Municípios.
- b) 50% do produto da arrecadação do ITR é repartido aos Municípios que optarem pela fiscalização e cobrança deste Imposto.
- c) 25% do produto da arrecadação da CIDE-Combustíveis é repartido aos Estados
- d) Pertencerá aos Municípios 70% do IOF sobre o ouro quando considerado Ativo Financeiro ou Instrumento Cambial.
- e) Pertencem aos Estados e ao Distrito Federal 25% do produto da arrecadação dos impostos que a União instituir no uso de sua competência residual.

57. Com relação à responsabilidade tributária, analise as afirmativas a seguir.

- I-) No caso de hasta pública de bem imóvel, os créditos tributários relativos a impostos cujo fato gerador seja a propriedade, o domínio útil ou a posse de bens imóveis se sub-rogam sobre o respectivo preço.
- II-) Encerrado o inventário com a partilha de bens, eventual débito, posteriormente aferido, não poderá mais ser cobrado do espólio e dos herdeiros.
- III-) A empresa sucessora, resultante de fusão, é responsável pelos tributos devidos pela sucedida e pelas multas de mora e punitiva.

Está correto o que se afirma em

- a) I, apenas.
- b) II, apenas.
- c) I e II, apenas.
- d) III, apenas.
- e) I e III, apenas.

58. O Governador do Estado do Espírito Santo, por meio de Decreto publicado em 22 de dezembro de 2020, alterou a base de cálculo do IPVA para incorporar a ela a atualização do valor monetário, conforme os índices oficiais de correção.

Sobre esta alteração de base de cálculo, assinale a afirmativa correta.

- a) Somente pode ser feita através de lei, e terá eficácia imediata a partir da data em que esta lei tenha sido publicada.
- b) Somente pode ser feita através de lei, e somente terá eficácia após decorridos noventa dias da data em que a lei tenha sido publicada.
- c) Somente pode ser feita através de lei, e somente terá eficácia no exercício financeiro seguinte àquele em que a lei tenha sido publicada.
- d) Embora possa ser feita mediante Decreto, somente terá eficácia depois de decorridos noventa dias da data em que o Decreto tenha sido publicado.
- e) Não é considerada majoração de tributo para fins de aplicação do princípio da reserva legal em sentido estrito.

59. Segundo a Constituição Federal de 1988, cabe a qual meio normativo a regulação das limitações constitucionais ao poder de tributar?

- a) Lei Ordinária.
- b) Emenda Constitucional.
- c) Lei Complementar.
- d) Decreto Legislativo.
- e) Dispositivo Constitucional.

60. Com relação ao lançamento tributário, analise os itens a seguir:

- I-) Compete, privativamente, à autoridade administrativa constituir, pelo lançamento, a obrigação tributária, verificando a ocorrência do fato gerador.
- II-) O lançamento é o procedimento administrativo tendente a verificar a ocorrência da obrigação tributária correspondente, necessária para o surgimento do fato gerador.
- III-) A entrega de declaração pelo contribuinte reconhecendo débito fiscal constitui o crédito

tributário, dispensada qualquer outra providência por parte do fisco

Está correto o que se afirma em

- a) I, apenas.
- b) II, apenas.
- c) I e II, apenas.
- d) III, apenas.
- e) I e III, apenas.

61. As opções a seguir apresentam os efeitos do parcelamento do crédito tributário, à exceção de uma. Assinale-a.

- a) Impedir a propositura da ação de execução fiscal.
- b) Afastar a situação de inadimplência, possibilitando a expedição de certidão positiva com efeitos de negativa.
- c) Suspender o curso do prazo prescricional.
- d) Impedir o lançamento do crédito tributário.
- e) Suspender a inscrição no CADIN (Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados de Órgãos e Entidades Federais).

62. Em relação à exclusão do Crédito Tributário, julgue os itens a seguir:

- I-) De forma a não afrontar o Princípio da Equidade, a isenção não pode ser restrita a determinada região do território da entidade tributante.
- II-) Salvo disposição de lei em contrário, a isenção não é extensiva às taxas e às contribuições de melhoria; e nem aos tributos instituídos posteriormente à sua concessão.
- III-) A anistia abrange exclusivamente as infrações cometidas anteriormente à vigência da lei que a concede.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) II.
- b) I e III.
- c) II e III.
- d) I, II e III.
- e) I.

63. A sociedade empresária XYWZZ Ltda. teve sua falência decretada, tendo dívidas de obrigação tributária principal relativas a tributos e multas, dívidas decorrentes de acidente de trabalho, bem como dívidas com garantia real. Diante desse cenário, assinale a afirmativa correta.

- a) O crédito tributário de obrigação principal tem preferência sobre as dívidas com garantia real.
- b) A dívida decorrente de acidente de trabalho tem preferência sobre o crédito tributário de obrigação principal.
- c) O crédito tributário decorrente de multas tem preferência sobre a dívida decorrente de acidente de trabalho.
- d) O crédito relativo às multas tem preferência sobre o crédito tributário de obrigação principal.
- e) O crédito tributário de obrigação principal tem preferência sobre a dívida decorrente de acidente de trabalho.

64. Sobre as garantias e os privilégios do crédito tributário, julgue os itens a seguir:

- I-) A natureza das garantias atribuídas ao crédito tributário não altera a natureza deste nem a da obrigação tributária a que corresponda.
- II-) Independentemente da inscrição em dívida ativa, pode-se presumir como fraudulenta a alienação de bens realizada pelo sujeito passivo que esteja em débito com a fazenda pública, desde que exista o crédito tributário.

III-) Os bens gravados por ônus real ou cláusula de inalienabilidade ou impenhorabilidade não respondem pelo pagamento do crédito tributário.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) II.
- b) I e III.
- c) II e III.
- d) I, II e III.
- e) I.

65. Além de outras informações, o termo de inscrição da dívida ativa, autenticado pela autoridade competente, indicará obrigatoriamente:

- a) o nome do devedor e do seu cônjuge ou companheiro, bem como, sempre que possível, o domicílio ou a residência de um e de outro.
- b) a quantia devida e a maneira de calcular os juros de mora acrescidos.
- c) a existência de indícios de crime contra a ordem tributária na origem da dívida.
- d) a data em que houve a ocorrência do fato gerador do tributo.
- e) o número do processo judicial de que se originar o crédito.

LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA DO ESPÍRITO SANTO

Eduardo da Rocha

66. A respeito do IPVA, instituído pelo Estado do Espírito Santo (Lei nº 6.999/2001), analise as afirmativas a seguir:

- I. o registro e a transferência, somente se efetivarão mediante comprovação de quitação integral do IPVA.
- II. ocorre o fato gerador do Imposto na data aquisição do veículo, por revendedor.
- III. o IPVA é um imposto vinculado ao proprietário do veículo.
- IV. caso um veículo registrado no estado do Espírito Santo tenha sua propriedade transferida para pessoa domiciliada em São Paulo, será exigida a quitação integral do Imposto, salvo se tenha esgotado o prazo regulamentar para o seu pagamento.

Assinale:

- a) se todos os itens estiverem corretos.
- b) se apenas um item estiver correto.
- c) se apenas dois itens estiverem corretos.
- d) se apenas três itens estiverem corretos.
- e) se nenhum item estiver correto.

67. A respeito do IPVA instituído pelo estado do Espírito Santo (Lei nº 6.999/2001), analise as afirmativas a seguir:

- I. o contribuinte do imposto é o proprietário ou o possuidor de veículo automotor.

II. o adquirente responde subsidiariamente pelo pagamento do imposto e dos acréscimos legais em relação ao veículo adquirido sem o pagamento do Imposto e dos acréscimos devidos em relação ao exercício em curso e aos anteriores.

III. responde solidariamente pelo pagamento do imposto e dos acréscimos legais o proprietário de veículo automotor que o alienar e não comunicar o fato, no prazo de 48 horas a partir da ocorrência, ao órgão público encarregado do registro e licenciamento, inscrição ou matrícula.

Assinale:

- a) se apenas as afirmativas I e II estiverem erradas.
- b) se apenas as afirmativas I e III estiverem erradas.
- c) se apenas as afirmativas II e III estiverem erradas.
- d) se apenas a afirmativa II estiver errada.
- e) se apenas a afirmativa III estiver errada.

68. O prazo para resposta ao pedido de consulta devidamente formulado pelo interessado é de até:

- a) 30 dias úteis.
- b) 30 dias.
- c) 15 dias.
- d) 15 dias úteis.
- e) 45 dias.

69. De acordo com a lei 10.011/13, assinale a assertiva incorreta quanto à sujeição passiva do ITCD.

- a) É contribuinte do imposto o herdeiro ou o legatário, nas transmissões causa mortis.
- b) É contribuinte do imposto o fideicomissário, na substituição do fideicomisso.
- c) É contribuinte do imposto o inventariante ou o testamenteiro em relação aos atos que praticarem.
- d) São solidariamente responsáveis pelo imposto devido qualquer pessoa natural ou jurídica que detenha a posse do bem transmitido ou doado
- e) É contribuinte do imposto o doador, caso o donatário não residir nem for domiciliado no Espírito Santo.

70. De acordo com a lei 10.011/13, julgue os itens a seguir e assinale a alternativa correta.

I – O ITCD não incide sobre a transmissão causa mortis de imóvel cujo valor não ultrapassar vinte mil VRTEs, desde que seja o único transmitido.

II – O ITCD não incide sobre a transmissão causa mortis de imóvel rural com área não superior a vinte e cinco hectares, de cuja exploração do solo dependa o sustento da família do herdeiro ou do cônjuge supérstite a que tenha cabido por partilha, desde que outro não possua.

III - Ocorre o fato gerador do ITCD na transmissão por doação, na data da lavratura do contrato de doação, ainda que a título de adiantamento da legítima.

- a) Estão corretos apenas os itens I e II.
- b) Estão corretos apenas os itens I e III.
- c) Está correto apenas o item II.
- d) Estão corretos apenas os itens II e III.
- e) Está correto apenas o item III.

71. De acordo a lei 7.001/01, são isentos de taxas, exceto:

- a) os requerimentos e atos pertinentes à vida funcional dos servidores públicos estaduais.
- b) os atestados de pobreza, de vacina e óbito.
- c) os requerimentos de carteira de identidade, atestados de antecedentes e domiciliar ou residencial fornecidos pela Secretaria de Segurança Pública.
- d) as atividades específicas dos centros comunitários, associações de bairros e entidades afins sujeitas ao registro perante a Polícia Civil.
- e) os órgãos da administração direta, autárquica e fundacional, do Estado, reciprocamente.

72. De acordo a lei 7.000/01, que dispões sobre o ICMS no Estado do Espírito Santo, julgue os itens a seguir e assinale a alternativa correta.

I - O ICMS incide sobre operações relativas à circulação de mercadorias, exceto o fornecimento de alimentação e bebidas em bares, restaurantes e estabelecimentos similares.

II – O ICMS incide sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intramunicipal, por

qualquer via, de pessoas, bens, mercadorias ou valores.

III – O ICMS incide no fornecimento de mercadorias com prestação de serviços compreendidos na competência tributária dos municípios.

- a) Nenhum item está correto.
- b) Estão corretos apenas os itens I e II.
- c) Está correto apenas o item III.
- d) Estão corretos apenas os itens II e III.
- e) Está correto apenas o item II.

73. Com relação ao Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS, conforme expresso na Lei Estadual nº 7.000/2001, analise as afirmativas a seguir.

I. A ocorrência do fato gerador do ICMS requer análise quanto à natureza jurídica da operação que o constitua.

II. Incide ICMS nas operações de importação e exportação de mercadorias.

III. Para efeito de exigência do imposto devido por substituição tributária, inclui-se, também, como fato gerador do imposto, a entrada de mercadoria ou bem no estabelecimento do adquirente ou em outro por ele indicado

Está correto o que se afirma em:

- a) I, apenas.
- b) II, apenas.
- c) III, apenas.
- d) I e III, apenas.
- e) I, II e III.

74. Com relação ao Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS, conforme expresso na Lei Estadual nº 7.000/2001, é assegurado ao contribuinte substituído o direito a restituição do valor do imposto pago por força da substituição tributária correspondente ao fato gerador presumido que não se realizar. Tal restituição, quando cabível, dar-se-á na exata proporção dos valores apresentados e devidamente comprovados pelo sujeito passivo. Formulado o pedido de restituição e não havendo deliberação no prazo de ____ dias, o

contribuinte substituído poderá se creditar, em sua escrita fiscal, do valor objeto do pedido, devidamente atualizado segundo os mesmos critérios aplicáveis ao imposto. Na hipótese do parágrafo anterior, sobrevindo decisão contrária irrecorrível, o contribuinte substituído, no prazo de ____ dias da respectiva notificação, procederá ao estorno dos créditos lançados, também devidamente atualizados, com o pagamento dos acréscimos legais cabíveis.

O par que completa as lacunas é, na seguinte ordem:

- a) 90 e 30.
- b) 90 e 90.
- c) 15 e 90.
- d) 90 e 15.
- e) 30 e 30.

75. Com relação às alíquotas de ICMS, marque a alternativa que contém a correta correlação entre operação/prestação e a sua correta alíquota.

- a) 22% - nas operações internas, inclusive de importação, com gasolina
- b) 15% - fornecimento de energia elétrica, consumida exclusivamente na produção agrícola, inclusive de irrigação.
- c) 12% - saídas internas de banana.
- d) 30% - operações internas com fumo.
- e) 20% - operações internas com armas.

76. Acerca do ICMS, julgue os itens a seguir e assinale a alternativa correta.

I. Estabelecimento é o local, desde que privado, edificado ou não, próprio ou de terceiro, onde pessoas físicas ou jurídicas exerçam suas atividades em caráter temporário ou permanente, bem como onde se encontrem armazenadas mercadorias.

II. Respondem pelo crédito tributário todos os estabelecimentos do mesmo titular.

III. Considera-se depósito fechado, o estabelecimento que o contribuinte mantenha para armazenamento de suas mercadorias e de terceiros, podendo serem realizadas vendas ou não.

Está correto o que se afirma em:

- a) I, apenas.

- b) II, apenas.
- c) III, apenas.
- d) I e III, apenas.
- e) I, II e III.

77. Acerca da restituição do ICMS na lei 7.000/01, assinale a alternativa incorreta.

- a) O sujeito passivo tem direito à restituição do ICMS quando o pagamento for maior que o devido.
- b) É devida a restituição ao contribuinte quando do pagamento por erro na identificação do sujeito passivo.
- c) A restituição do imposto somente será feita a quem provar haver assumido o referido encargo, ou no caso de tê-lo transferido a terceiro, estar por este expressamente autorizado a recebê-la.
- d) A restituição total ou parcial do imposto dá lugar a restituição na mesma proporção dos juros de mora, correção monetária e das penalidades pecuniárias, salvo as referentes a infrações de caráter formal não prejudicadas pela causa da restituição.
- e) O sujeito passivo tem direito à restituição do imposto no caso de pagamento antecipado do imposto, em decorrência do regime de substituição tributária, caso não se efetive o fato gerador presumido, compreendida a hipótese de um fato gerador presumido ter se realizado com base de cálculo inferior ao que serviu para cálculo e recolhimento do imposto.

78. Acerca do ICMS na lei 7.000/01, julgue os itens e assinale a alternativa correta.

- I. Aqueles que se revestem da condição de contribuintes do ICMS no o Espírito Santo são obrigados ao cadastramento fiscal. Os responsáveis tributários não necessitam de tal cadastramento uma vez que não praticam fatos geradores.
- II. Ainda que uma pessoa jurídica não se revista da condição de contribuinte ou responsável, é possível que a Sefaz determine sua inscrição (cadastramento fiscal), caso intervenham de alguma forma no mecanismo de circulação de mercadorias.
- III. O estabelecimento inscrito que encerrar suas atividades, por qualquer motivo, é obrigado a requerer a baixa da inscrição na repartição

fazendária de sua circunscrição, no prazo de 60 dias, contados da data do encerramento.

Está correto o que se afirma em:

- a) I, apenas.
- b) II, apenas.
- c) III, apenas.
- d) I e III, apenas.
- e) I, II e III.

79. Analise as afirmativas a seguir, assinalando (V) para a verdadeira e (F) para falsa:

() É responsável aquele que adquira lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos derivados de petróleo e energia elétrica oriundos de outro Estado,

quando não destinados à comercialização ou à industrialização.

() Considera-se ocorrido o fato gerador do ICMS no momento do ato inicial do transporte iniciado no exterior.

() Considera-se saída do estabelecimento a mercadoria que nele tenha entrado acompanhado de documento fiscal ou acompanhado de documento fiscal idôneo.

Na sequência em que aparecem, as afirmativas são, respectivamente,

- a) V - F - V.
- b) F - V - F.
- c) F - F - F.
- d) F - V - V.
- e) V - V - F.

80. Analise as afirmativas a seguir, assinalando (V) para a verdadeira e (F) para falsa:

() O local da operação, tratando-se de mercadoria, é onde se encontra, quando em situação irregular pela falta de documentação fiscal ou quando acompanhado de documentação inidônea.

() No caso de importação do exterior, em se tratando de mercadoria, o local da operação é o do estabelecimento onde for realizado o desembaraço aduaneiro.

() Considera-se local da operação, no caso de mercadoria, o do estabelecimento do adquirente, no caso de arrematação de mercadoria ou bem importados do exterior e apreendidos ou abandonados.

Na sequência em que aparecem, as afirmativas são, respectivamente,

- a) V - F - F.
- b) F - V - F.
- c) F - F - F.
- d) F - V - V.
- e) V - V - F.

CONTABILIDADE AVANÇADA E DE CUSTOS

Marcondes Fortaleza

81. Em 02/01/2019, uma instituição adquiriu um ativo intangível no valor de R\$ 100.000, com vida útil de cinco anos.

Em 31/12/2019, a instituição fez um estudo e constatou que os benefícios gerados nos anos remanescentes seriam de R\$ 70.000,00.

Em 31/12/2020, a instituição concluiu, com base em novo estudo feito, que os benefícios gerados nos anos remanescentes seriam de R\$ 74.500,00

Assinale a opção que indica o valor contábil do intangível, em 31/12/2020, considerando que a instituição utiliza o método da linha reta para amortização.

- a) R\$ 60.000,00.
- b) R\$ 62.500,00.
- c) R\$ 70.000,00.
- d) R\$ 80.000,00.
- e) R\$ 100.000,00.

82. A Sociedade Empresária X é do setor de varejo e comercializa suas centenas de produtos com uma garantia segundo a qual os clientes estarão cobertos pelo custo da reparação de qualquer defeito de fabricação que se tornar evidente dentro do primeiro ano após a compra. A experiência passada da Sociedade Empresária e as expectativas futuras

indicam que, para o próximo ano, dos seus produtos vendidos, 50% não apresentarão defeitos, 35% apresentarão defeitos menores e 15% apresentarão defeitos maiores.

Sabe-se que a Sociedade Empresária X irá incorrer:

- Em custos de reparação de R\$ 400.000,00, caso sejam detectados defeitos menores em todos os seus produtos vendidos.
- Em custos de reparação de R\$ 750.000,00, caso sejam detectados defeitos maiores em todos os produtos vendidos.

Considerando-se apenas as informações apresentadas e a NBC TG 25 (R2) – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, assinale o valor esperado do custo das reparações que a Sociedade Empresária “X” reconhecerá como provisão.

- a) R\$ 112.500,00
- b) R\$ 252.500,00
- c) R\$ 400.000,00
- d) R\$ 750.000,00
- e) R\$ 1.150.000,00

83. O Balanço Patrimonial da Sociedade Empresária MAVIFOR, encerrado em 31/12/2019, apresentava um ativo imobilizado reconhecido ao valor contábil de R\$ 40.000,00. Em 31/12/2020, a Sociedade Empresária encontrou indicações observáveis de que o valor desse ativo imobilizado diminuiu significativamente ao longo do ano de 2020.

Sabendo disso, a Sociedade Empresária, em 31/12/2020, reconheceu a perda por desvalorização desse ativo imobilizado, assegurando que ele estivesse registrado contabilmente por valor que não excedesse seu valor de recuperação.

Informações complementares levantadas sobre esse ativo imobilizado:

- Em 31/12/2020, as expectativas de mercado para o valor justo desse ativo foram dadas pelos fluxos de caixa futuros líquidos de despesas de alienação, sendo: Ano 2021 R\$ 15.000,00; Ano 2022 R\$ 10.000,00; Ano 2023 R\$ 20.000,00.
- Os fluxos de caixa futuros líquidos de despesas de alienação foram determinados com base no valor indicado pelas expectativas de mercado, em

31/12/2020, em relação à vida útil remanescente de 3 anos para esse ativo.

- Em 31/12/2020, a taxa de desconto que refletia avaliações de mercado sobre o valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos desse ativo imobilizado era de 12% ao ano.
- Em 31/12/2020, a expectativa era que, ao final de sua vida útil remanescente, o ativo teria valor residual igual a zero.

Considerando-se somente as informações apresentadas assinale, entre as alternativas a seguir, aquela com o valor que mais se aproxima da perda por desvalorização do ativo imobilizado que a Sociedade Empresária MAVIFOR reconheceu contabilmente em 31/12/2020.

- a) R\$ 2.477,32.
- b) R\$ 4.399,32.
- c) R\$ 4.083,00.
- d) R\$ 5.917,42.
- e) R\$ 6.399,32.

84. Uma Sociedade Empresária produz certo tipo de produto agrícola que é negociado em dois diferentes mercados ativos (Mercado A e Mercado B) a preços diferentes. Tanto o Mercado A quanto o Mercado B não são considerados o mercado principal para esse produto agrícola, mas a empresa pode acessar os preços do produto agrícola nesses dois mercados na data de sua mensuração. Outras informações também são conhecidas:

▪ Mercado A

R\$ 40,00/saca preço que seria recebido pela venda do produto agrícola

R\$ 6,00/saca custos para transportar o produto agrícola a esse mercado

R\$ 5,00/saca custos de transação no Mercado A

▪ Mercado B

R\$ 38,00/saca preço que seria recebido pela venda do produto agrícola

R\$ 4,00/saca custos para transportar o produto agrícola a esse mercado

R\$ 4,00/saca custos de transação no Mercado B

Considerando-se apenas as informações apresentadas e a NBC TG 46 (R2) – Mensuração do valor justo e NBC TG 29 (R2) – Ativo biológico e produto agrícola, assinale a alternativa que apresenta o valor correto da mensuração do valor justo do produto agrícola negociado pela Sociedade Empresária.

- a) R\$ 40,00/saca.
- b) R\$ 38,00/saca.
- c) R\$ 34,00/saca.
- d) R\$ 35,00/saca.
- e) R\$ 30,00/saca.

85. No ano de 2019, aconteceram os seguintes fatos na empresa MAVIFOR:

- 02/01: compra de um veículo para ser utilizado nos negócios da empresa por R\$ 36.000 à vista. O veículo tinha vida útil fiscal de cinco anos. No entanto, a empresa esperava utilizá-lo durante seis anos e doá-lo. A empresa utiliza o método da linha reta para depreciar os seus ativos imobilizados.
- 01/10: reconhecimento de perda estimada com créditos de liquidação duvidosa no valor de R\$ 8.000.
- 31/12: Reconhecimento da receita de serviços do ano, no valor de R\$ 60.000. Os custos dos serviços prestados foram de R\$ 35.000. Todas as transações foram à vista.

Assinale a opção que indica o imposto sobre a renda corrente, em 31/12/2019, considerando a alíquota de 34%.

- a) R\$ 3.740,00.
- b) R\$ 6.460,00.
- c) R\$ 8.500,00.
- d) R\$ 8.908,00.
- e) R\$ 6.052,00.

86. As Cias. C e M apresentavam os seguintes balanços patrimoniais em 31/12/2019:

	Cia C	Cia M
Caixa	25.000	30.000
Terrenos	50.000	40.000
Total das Aplicações	75.000	70.000
Capital Social	75.000	70.000
Total das Origens	75.000	70.000

Na data, o terreno da Cia. C tinha valor justo de R\$ 70.000, enquanto o terreno da Cia. M tinha valor justo de R\$ 55.000.

Em 02/01/2020, os sócios das duas empresas fazem uma fusão, constituindo a Cia. CM.

Assinale a opção que indica o valor do patrimônio líquido da Cia. CM na data da fusão.

- a) R\$ 140.000,00.
- b) R\$ 145.000,00.
- c) R\$ 150.000,00.
- d) R\$ 180.000,00.
- e) R\$ 290.000,00.

87. Os dados apresentados a seguir são relativos à demonstração dos fluxos de caixa de uma companhia.

- lucro líquido antes do desconto do imposto de renda – R\$ 10.000
- imposto de renda – R\$ 2.000
- amortização – R\$ 1.000
- ganho na venda de imobilizado – R\$ 500
- O imobilizado foi vendido à vista.
- A conta duplicatas a receber aumentou R\$ 1.200, do final do período 2019 até o final do período 2020.
- A conta fornecedores aumentou R\$ 1.400, do final do período 2019 até o final do período 2020.

- Não houve pagamento de imposto de renda no período.

Nessa situação hipotética, o caixa líquido gerado nas atividades operacionais no período 2020 foi igual a

- a) R\$ 7.500,00.
- b) R\$ 9.700,00.
- c) R\$ 10.000,00.
- d) R\$ 10.200,00.
- e) R\$ 10.700,00.

88. Uma empresa industrial incorreu nos seguintes gastos no ano de 2020:

Compra de máquinas	R\$ 7.000,00
Matéria prima consumida	R\$ 8.000,00
Depreciação das máquinas da fábrica	R\$ 5.000,00
Mão de obra direta incorrida	R\$ 10.000,00
Mão de obra indireta incorrida	R\$ 13.000,00
Salários dos funcionários da área comercial	R\$ 12.000,00
Despesa de vendas	R\$ 3.600,00

Assinale a opção que indica o custo de transformação da empresa, em 2020.

- a) R\$ 23.000,00.
- b) R\$ 31.000,00.
- c) R\$ 28.000,00.
- d) R\$ 43.000,00.
- e) R\$ 50.000,00.

89. Uma indústria fabrica bolsas pequenas e grandes. Em 31/12/X0 não havia bolsas em estoque.

As informações sobre os dois tipos de bolsa, no ano de X1, são as seguintes:

• Preço:

pequena = R\$ 150;

grande = R\$ 250;

• Mão de obra direta:

pequena = 1 hora por unidade;

grande = 2 horas por unidade.

• Matéria prima direta:

pequena = R\$ 15;

grande = R\$ 25;

- Cada hora de trabalho tem um custo de R\$ 50;
- Custos indiretos de fabricação anuais comuns dos dois tipos de bolsa: R\$ 60.000, sendo esse valor é rateado de acordo com o gasto com a mão de obra direta.

No ano de X1, a indústria fabricou 1.400 bolsas pequenas, das quais 90% foram vendidas, e 1.000 bolsas grandes, das quais 70% foram vendidas.

Assinale a opção que indica o lucro auferido com a venda de bolsas pequenas e grandes, respectivamente, com base no método de Custeio por Absorção.

- a) R\$ 79.210,53 e R\$ 78.157,89.
- b) R\$ 61.089,47 e R\$ 76.210,53
- c) R\$ 96.250,00 e R\$ 83.750,00.
- d) R\$ 84.865,50 e R\$ 62.793,92.
- e) R\$ 99.000,00 e R\$ 71.000,00.

90. Um hotel que funciona durante o ano todo (365 dias) possui duzentos quartos. A diária de cada quarto é de R\$ 60, sendo que os custos variáveis unitários são de R\$ 10 por dia. Além disso, os custos fixos do hotel são de R\$ 2,4 milhões ao ano. Assinale a opção que indica a taxa de ocupação do hotel no ponto de equilíbrio contábil.

- a) 66%
- b) 55%
- c) 53%
- d) 33%
- e) 27%

**TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO APLICADA À
AUDITORIA TRIBUTÁRIA**

Thiago Cavalcanti

91. Sobre conceito de sistemas gerenciadores de banco de Dados (SGBD) e o modelo relacional de dados assinale a alternativa correta.

- a) O objetivo geral do design lógico é alcançar um modelo que seja independente de aplicação, ou seja, nesta etapa do projeto de banco de dados estamos interessados no que os dados são e não como eles serão utilizados.
- b) Diz-se que uma relação está na primeira forma normal (1NF) quando metade dos seus atributos têm um valor único.
- c) Os valores dos atributos que são derivados de algum conjunto válido de valores predefinidos são conhecidos como cardinalidade.
- d) O número total de tuplas em uma relação é conhecido como grau da relação.
- e) Se a chave primária for uma combinação de mais de um atributo, cada atributo deve ser exclusivo e nenhum dos atributos pode conter valor nulo

92. Sobre modelagem conceitual e modelo entidade relacionamento assinale a alternativa incorreta:

- a) Existem vários modelos sintáticos, como modelo de relacionamento de entidade (modelo ER). O modelo sintático representa e explica o significado dos conceitos do mundo real implementados nesse modelo. Um modelo ER é o modelo sintático mais popular.
- b) Relacionamento é uma coleção de qualquer tipo de objeto semelhante da vida real que pode ser descrito usando suas características.

- c) Um objeto é considerado uma instância de uma entidade, por exemplo, supondo que aluno seja uma entidade uma coleção de valores de características para qualquer aluno representa um único objeto.
- d) Em um relacionamento N-N, um objeto de uma entidade deve ser associado a apenas um objeto de outra entidade.
- e) Um relacionamento é considerado recursivo quando duas entidades se relacionam individualmente de forma cíclica.

93. Sobre conceitos básicos de SQL assinale a alternativa correta:

- a) A instrução SELECT é sempre usada para recuperar dados de duas ou mais tabelas e exibi-los no formato apropriado.
- b) A cláusula WHERE da consulta SQL é obrigatória.
- c) O operador NOT IN irá verificar se o valor do campo específico está contido na lista de valores ou não. Se for o valor contido na lista, ele exibe os registros com base nesse valor.
- d) GROUP BY é usado para organizar os registros em ordem crescente ou decrescente.
- e) O operador LIKE procura por valores correspondes de acordo com um padrão e exibe o resultado se o valor do campo corresponder ao padrão especificado.

94. Sobre a estrutura da EFD ICMS/IPI assinale a alternativa correta.

- a) A geração, o armazenamento e o envio do arquivo digital não dispensam o contribuinte da guarda dos documentos que deram origem às informações nele constantes
- b) Os contribuintes obrigados à EFD-ICMS/IPI, mesmo que estejam com suas atividades paralisadas, devem apresentar os registros obrigatórios, informando, portanto, a identificação do estabelecimento, período a que se refere a escrituração e declarando, nos demais blocos, valores zerados, o que significa que não efetuou qualquer atividade.
- c) Para visualização do recibo, com prévia importação da EFD-ICMS/IPI no PVA, os arquivos XML: enviado e recibo – devem estar no mesmo diretório.

- d) Dentro da hierarquia, a ordem de apresentação dos registros dentro de um bloco é sequencial e descendente.
- e) Quando ocorrer alteração somente na descrição do item, sem que haja descaracterização deste, ou seja, criação de um novo item, a alteração deve constar no registro 0220.

95. Sobre a estrutura do arquivo XML da NF-e assinale a alternativa correta.

- a) A Chave de Acesso de identificação da Nota Fiscal eletrônica é um conjunto de 100 caracteres numéricos, formado pela concatenação de campos que se encontram no leiaute da NF-e.
- b) O DANFE (Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica) é um documento fiscal auxiliar, que pode ser impresso em papel e substitui a nota fiscal quando a mercadoria é transportada.
- c) A Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) utilizada em substituição à Nota Fiscal (modelo 1 ou 1-A) ou à Nota Fiscal de Produtor (modelo 4) é denominada Nota Fiscal de Consumidor Eletrônica (modelo 65).
- d) As SEFAZ mantêm um cadastrado centralizado de todos os contribuintes da sua UF, no qual é possível cadastrar não somente contribuintes pessoa jurídica, com seu CNPJ e a respectiva Inscrição Estadual, mas também contribuintes pessoa física, com seu CPF e a respectiva Inscrição Estadual.
- e) A empresa emissora de NF-e gera um arquivo eletrônico contendo as informações da operação comercial, o qual deverá ser assinado digitalmente, transformando este arquivo em um documento eletrônico nos termos da legislação brasileira, de maneira a garantir a confidencialidade dos dados e a autoria do emissor.

96. Sobre noções de relacionamento entre registros da EFD ICMS/IPI e da NFe, assinale a alternativa correta.

- a) Um registro C100 o deve ser gerado para cada documento fiscal código 03, 3B, 04, 55 e 65 (saída), registrando a entrada ou saída de produtos ou outras situações que envolvam a emissão dos documentos fiscais mencionados.
- b) As NFC-e (código 65) devem ser escrituradas nas entradas

c) Para cada registro C100, obrigatoriamente deve ser apresentado, pelo menos, um registro C170 e um registro C190 sem exceções.

d) Em caso de devolução de bens vendidos a não contribuinte do ICMS localizado em outra UF, via de regra o vendedor deverá emitir nota fiscal de saída, já que o adquirente, por não ser contribuinte do ICMS, não emite nota fiscal.

e) Um registro EFD B020 deve ser gerado para cada documento fiscal código 01, 03, 3B, 04, 08, 55 e 65, , para os registros das aquisições e prestações de serviços sujeitas ao ISS.

97. Algumas características estão impulsionando as soluções de Big Data. Assinale a alternativa que descreve corretamente uma destas características.

a) A quantidade de informações publicamente disponíveis na web cresceu linearmente desde o final da década de 1990 e espera-se que continue a aumentar.

b) A disponibilidade de sensores modernos de custo elevado permite que as organizações colem dados em todos os lugares.

c) O valor dos dados para uma empresa é obtido a partir do momento em que ele pode ser segregado e fazer sentido para outros dados.

d) O mundo atual, a qual evolui para uma Economia Digital faz com que a mineração efetiva de dados dos Big Data se torne cada vez mais decisivo para a inovação, uma vez que com ela é possível extrair novas ideias e aprofundar no conhecimento de produtos, clientes e mercados.

e) A exploração e análise de dados através dos big data, que se chama Business Intelligence, é feita com o uso de diferentes ferramentas, baseadas em análise preditiva, mineração de dados, estatística, inteligência artificial e outras

98. Uma fraqueza de um ativo ou grupo de ativos que pode ser explorado é da definição de:

a) Ameaça

b) Vulnerabilidade

c) Risco

d) Impacto

e) Vírus

99. Sobre a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD - 13.709/2018) avalie qual das alternativas abaixo descreve uma hipótese para o tratamento de dados pessoais.

a) Para a tutela da saúde, exclusivamente, em procedimento realizado por profissionais de saúde, serviços de saúde ou autoridade sanitária.

b) Quando necessário para atender aos interesses legítimos do controlador ou de terceiros, mesmo que os direitos e liberdades fundamentais do titular que exijam a proteção dos dados pessoais.

c) Para a realização de estudos por órgão de pesquisa, desde que seja garantida a anonimização dos dados pessoais.

d) Mediante o fornecimento de consentimento pelo Governo ou pela Justiça Estadual.

e) Para o cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo contribuinte.

100. O modelo de Governança de TI (COBIT 5) possui habilitadores. Estes por sua vez possuem um conjunto de dimensões em comum. Qual das opções abaixo não representa uma das dimensões dos habilitadores:

a) Partes interessadas

b) Objetivos

c) Métricas

d) Ciclo de vida

e) Boas práticas

AUDITORIA TRIBUTÁRIA

Tonyvan Carvalho

101. Objetivando avaliar o funcionamento dos controles internos estabelecidos em uma entidade, um auditor interno passou quinze dias acompanhando os procedimentos de separação, conferência, embalagem e expedição de mercadorias comercializadas pela empresa.

Esse procedimento é classificado como teste

- a) de apresentação e divulgação.
- b) de detalhes de saldos.
- c) de detalhes de transações.
- d) substantivo.
- e) de observância

102. A conclusão da montagem do arquivo final de auditoria após a data do relatório do auditor é um processo administrativo que não envolve a execução de novos procedimentos de auditoria nem novas conclusões. Contudo, novas modificações podem ser feitas na documentação de auditoria durante o processo final de montagem se essas forem de natureza administrativa. São exemplos de tais modificações, **EXCETO**:

- a) Selecionar, conferir e acrescentar referências cruzadas aos documentos de trabalho.
- b) Documentar evidência de auditoria que o auditor obteve, discutiu e com a qual concordou junto aos membros relevantes da equipe de trabalho antes da data do relatório de auditoria.
- c) Evidência de auditoria inapropriada.
- d) Conferir itens das listas de verificação, evidenciando ter cumprido os passos relativos ao processo de montagem do arquivo.
- e) Apagar ou descartar documentação superada.

103. Durante a realização de uma auditoria nas contas do ativo da Entidade, um auditor toma a quantidade de unidades de amostragem na população e a divide pelo tamanho da amostra, para obter um intervalo de amostragem, equivalente a 50, por exemplo, e, após determinar um ponto de início dentro das primeiras 100 unidades, toda 50ª unidade de amostragem seguinte é selecionada, estamos diante de um método específico de seleção de amostra, denominado seleção

- a) Unidade monetária.
- b) Aleatória.
- c) Ao acaso.
- d) De bloco.
- e) Sistemática.

104. A empresa 4K mantém parte dos seus estoques guardada na empresa KAKEKIM. Ao auditar os estoques da 4K, o auditor independente constatou a necessidade de confirmação externa, porém a administração não permitiu o envio da solicitação de confirmação.

Considerando-se essa situação hipotética e as normas vigentes de auditoria, é correto afirmar que o auditor deverá

- a) executar procedimentos alternativos de auditoria definidos para obter evidência de auditoria relevante e confiável.
- b) emitir um relatório de auditoria com ressalvas.
- c) avaliar as implicações da recusa da administração na avaliação do auditor dos riscos significativos de distorção relevante, excluído o risco de fraude, e sobre a natureza, época e extensão de outros procedimentos de auditoria.
- d) documentar o fato e emitir relatório de auditoria com abstenção de opinião em relação aos estoques.
- e) indagar sobre as razões da recusa da administração e procurar evidência de auditoria sobre sua integridade.

105. A confiabilidade da evidência é influenciada por sua fonte e sua natureza e depende das circunstâncias particulares sob as quais são obtidas. Generalizações sobre a confiabilidade de vários tipos de evidências podem ser feitas; contudo, tais generalizações estão sujeitas a exceções importantes. Mesmo quando a evidência é obtida de fontes externas, podem existir circunstâncias que poderiam afetar sua confiabilidade. Por exemplo, evidência obtida de fonte externa pode não ser confiável se a fonte não for conhecida ou objetiva. Enquanto se reconhece que possam existir exceções, as seguintes generalizações sobre a confiabilidade da evidência estão corretas, **EXCETO**:

- a) a evidência mais confiável quando é obtida de fontes externas às partes apropriadas;
- b) a evidência gerada internamente é mais confiável quando os controles relacionados são efetivos;
- c) a evidência obtida diretamente pelo auditor independente (por exemplo, na observação da efetividade de controle) é mais confiável do que a

- evidência obtida indiretamente ou por dedução (por exemplo, indagação sobre a efetividade do controle);
- d) a evidência formal é mais confiável, seja em papel, de forma eletrônica ou outra mídia.
- e) a ata de reunião geralmente é menos confiável do que a representação verbal do que foi discutido.

106. O auditor fiscal, ao realizar exames dos estoques, não conseguiu obter evidências suficientes para suportar sua opinião, haja vista que a documentação apresentada não estava de acordo com os demonstrativos de aquisições com essa contratação direta. Diante do fato, o auditor concluiu que não foi possível realizar quaisquer procedimentos em relação às aquisições e que este fato produzirá efeitos relevantes e generalizados nas Demonstrações financeiras. Ante o exposto, o auditor deverá emitir um relatório com opinião do tipo:

- a) com ressalva.
- b) sem ressalva.
- c) adverso.
- d) com abstenção de opinião.
- e) sem modificação.

107. Durante a realização de uma auditoria da conta de estoques de uma concessionária de revenda de veículos, no grupo circulante, o auditor observou que um veículo adquirido para uso foi contabilizado como estoque para revenda. Assinale a alternativa correta sobre a direção do teste mais adequado associado à situação exposta.

- a) teste principal para superavaliação de ativo e teste secundário para superavaliação de outra conta do ativo.
- b) teste principal para subavaliação de ativo e teste secundário para subavaliação de outra conta do ativo.
- c) teste principal para superavaliação de ativo e teste secundário para subavaliação de despesa.
- d) teste principal para subavaliação de ativo e teste secundário para subavaliação de despesa.
- e) teste principal para superavaliação de ativo e teste secundário para subavaliação de outra conta do ativo.

108. Controle interno é o processo planejado, implementado e mantido pelos responsáveis pela governança, administração e outros empregados para fornecer segurança razoável quanto à realização dos objetivos da entidade no que se refere à confiabilidade dos relatórios financeiros, efetividade e eficiência das operações e conformidade com leis e regulamentos aplicáveis. Ele é dividido em cinco componentes. O componente que estabelece o tom da organização, influenciando a consciência de controle de suas pessoas:

- a) o ambiente de controle;
- b) o processo de avaliação de risco da entidade;
- c) o sistema de informação, inclusive os processos relacionados de negócio relevantes para os relatórios financeiros e a comunicação;
- d) as atividades de controle;
- e) o monitoramento de controles.

109. Segundo as normas vigentes de auditoria, a especialização em área que não contabilidade ou auditoria pode incluir especialização relacionada a diversos assuntos, EXCETO:

- a) avaliação de instrumentos financeiros complexos, terrenos e edifícios, instalações fabris e máquinas, joias, peças de arte, antiguidades, ativos intangíveis, ativos adquiridos e passivos assumidos em combinação de negócios, e ativos que possivelmente apresentem problemas de perdas no valor recuperável;
- b) cálculo atuarial referente a contratos de seguro ou planos de benefícios a empregados;
- c) estimativa de reservas de petróleo e gás.
- d) avaliação de responsabilidade ambiental, e custos de limpeza de locais;
- e) análise de assuntos simples ou usais de natureza fiscal.

110. Eventos subsequentes são eventos ocorridos entre a data das demonstrações contábeis e a data do relatório do auditor independente e fatos que chegaram ao conhecimento do auditor independente após a data do seu relatório. Após a emissão do seu relatório e antes da divulgação das demonstrações contábeis, um auditor independente tomou

conhecimento de fato novo e não sabido que teria alterado o relatório. Nesse caso, o auditor deverá adotar as seguintes atitudes, EXCETO:

- a) discutir o assunto com a administração e, quando apropriado, com os responsáveis pela governança;
- b) determinar se as demonstrações contábeis precisam ser alteradas e, caso afirmativo;
- c) indagar como a administração pretende tratar o assunto nas demonstrações contábeis.
- d) modificar a opinião do seu relatório.
- e) deve aplicar os procedimentos de auditoria necessários nas circunstâncias da alteração, caso a administração altere as demonstrações contábeis.



Estratégia

Concursos

Preencha seu Gabarito!

<https://bit.ly/Simulado-Final-SEFAZ-ES-21-08>

NÃO É ASSINANTE?

<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>